

Demonstrativos Contábeis Consolidados e Notas Explicativas

1º Trimestre de 2020

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Coordenação-Geral de Contabilidade

Brasília, 30 de abril de 2020.

Sumário

Apresentação	4
1. Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	7
Balanco Patrimonial.....	7
Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
Balanco Orçamentário.....	11
Balanco Financeiro - Ingressos.....	13
Balanco Financeiro – Dispêndios	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS	17
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	17
Nota 02 – Bens Imóveis – BP.....	17
Nota 03 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP	18
Nota 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP.....	19
Nota 05 - Resultados de Exercícios Anteriores - BP	21
Nota 06 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar - BP	22
Nota 07 – Obrigações Contratuais a Executar - BP.....	23
Nota 08 – Pessoal e Encargos - DVP	24
Nota 09 – Demais Receitas Patrimoniais - BO	25
Nota 10 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	25
Nota 11 – Resultado Orçamentário – Déficit – BO.....	26
Nota 12 - Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - BO	26
Nota 13 – Segurança Pública – DFC	27
Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....	28
Nota 15 – DMPL – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	29

Apresentação

1. Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCONS) do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONS foram elaboradas a partir das informações constantes no Siafi, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONS de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NE)

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



1. Resultado patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	31/03/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		3.698.733	3.951.155
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	2.272.879	2.354.988
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.328.662	1.506.365
Estoques		97.079	89.801
VPDs Pagas Antecipadamente		113	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		111.878.540	112.429.063
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.396.973	3.256.069
Créditos a Longo Prazo		2.473.981	2.189.168
Dívida Ativa Não Tributária		2.473.981	2.189.168
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		922.992	1.066.901
Investimentos		22	22
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		108.243.637	108.952.048
Bens Móveis		2.739.489	2.819.943
Bens Móveis		3.673.735	3.714.740
(-) Deprec./Amort. /Exaustão Acum. de Bens Móveis		(934.246)	(894.797)
Bens Imóveis	02	105.504.148	106.132.105
Bens Imóveis		105.543.009	106.170.637
(-) Deprec./Amort. /Exaustão Acum. de Bens Móveis		(38.861)	(38.532)
Intangível		237.908	220.924
Softwares		237.776	220.792
Softwares		241.682	224.226
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(3.907)	(3.435)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	133
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	133
TOTAL DO ATIVO		115.577.273	116.380.218
PASSIVO	NE	31/03/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		1.090.079	1.374.656
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	03	657.574	841.593
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		66.521	15.542
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		168	2
Demais Obrigações a Curto Prazo	04	365.816	517.519
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.650	3.575
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		2.004	2.004
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		1.607	1.532
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.093.729	1.378.231
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.483.544	115.001.987
Demais Reservas		2.501	2.501
Resultados Acumulados		114.481.043	114.999.485
Resultado do Exercício		(681.299)	4.608.689
Resultados de Exercícios Anteriores	05	114.999.485	110.406.571
Ajustes de Exercícios Anteriores		162.857	(15.775)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.577.273	116.380.218

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
Ativo Financeiro	2.272.991	2.355.097	Passivo Financeiro	7.178.320	4.415.324
Ativo Permanente	113.304.282	114.025.121	Passivo Permanente	256.204	296.824
			Saldo Patrimonial	108.142.749	111.668.070

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		245.342	241.931	
Execução dos Atos Potenciais Ativos		245.342	241.931	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	06	204.039	196.718	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos		41.221	45.131	
Direitos Contratuais a Executar		82	82	
TOTAL		245.342	241.931	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		4.578.734	4.461.979	
Execução dos Atos Potenciais Passivos		4.578.734	4.461.979	
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.481.514	2.484.045	
Obrigações Contratuais a Executar	07	2.097.191	1.977.907	
TOTAL		4.578.734	4.461.979	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(3.150.340)
Recursos Vinculados	(1.754.989)
Educação	303
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(864.264)
Previdência Social (RPPS)	(674.109)
Dívida Pública	(2.652)
Alienação de Bens e Direitos	30.849
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(245.116)
TOTAL	(4.905.329)

Demonstrações das Variações Patrimoniais

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/03/2020	31/03/2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		200.326	274.455
Taxas		200.326	274.455
Contribuições		-	15
Contribuições Sociais		-	15
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		11.980	20.852
Venda de Mercadorias		0	4
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		11.980	20.848
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		18.704	22.894
Juros e Encargos de Mora		163	1.236
Variações Monetárias e Cambiais		-	0
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		18.541	21.658
Transferências e Delegações Recebidas		10.303.424	7.259.476
Transferências Intragovernamentais		10.250.146	7.196.755
Outras Transferências e Delegações Recebidas		53.278	62.721
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		742.072	2.519.039
Reavaliação de Ativos		403.605	1.752.552
Ganhos com Alienação		12.091	13.299
Ganhos com Incorporação de Ativos		294.730	729.223
Ganhos com Desincorporação de Passivos		31.646	23.965
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		434.671	282.311
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	1.119
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		434.671	281.192
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		11.711.175	10.379.041

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal e Encargos	08	1.819.936	1.761.862
Remuneração a Pessoal		1.446.572	1.400.232
Encargos Patronais		283.714	260.143
Benefícios a Pessoal		85.458	100.530
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		4.192	957
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.098.615	1.002.503
Aposentadorias e Reformas		796.196	740.597
Pensões		278.721	260.417
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		23.698	1.489
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		476.396	441.704
Uso de Material de Consumo		38.712	54.697
Serviços		376.829	332.713
Depreciação, Amortização e Exaustão		60.854	54.294
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		22.801	36.984
Juros e Encargos de Mora		70	47
Variações Monetárias e Cambiais		1	1
Descontos Financeiros Concedidos		22.729	36.936
Transferências e Delegações Concedidas		7.687.623	4.606.195
Transferências Intragovernamentais		7.479.526	4.499.763
Transferências Intergovernamentais		110.211	10.729
Transferências ao Exterior		1.317	1.111
Execução Orçamentária Delegada a Entes		25	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		96.544	94.591
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.268.019	467.321
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		535.572	206.966
Perdas com Alienação		-	2
Perdas Involuntárias		1.511	1.457
Incorporação de Passivos		2.352	149.364
Desincorporação de Ativos		728.584	109.533
Tributárias		1.483	1.670
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.240	1.143
Contribuições		243	527
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		17.601	9.671
Premiações		-	17
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		17.601	9.655
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		12.392.475	8.327.910
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		(681.299)	2.051.132

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

31/03/2020
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.312.895	4.312.895	1.256.702	(3.056.192)
Receitas Tributárias		748.423	748.423	140.228	(608.195)
Taxas		748.423	748.423	140.228	(608.195)
Receitas de Contribuições		48	48	410.653	410.605
Contribuições Sociais		48	48	410.653	410.605
Receita Patrimonial		1.766.994	1.766.994	245.402	(1.521.591)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		381	381	61	(320)
Valores Mobiliários		91.033	91.033	20.025	(71.007)
Demais Receitas Patrimoniais	09	1.675.580	1.675.580	225.316	(1.450.264)
Receitas de Serviços		51.561	51.561	11.916	(39.645)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		51.561	51.561	11.916	(39.645)
Outras Receitas Correntes		1.745.870	1.745.870	448.504	(1.297.365)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	10	1.653.729	1.653.729	427.237	(1.226.492)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		0	0	209	209
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		87.606	87.606	20.221	(67.384)
Demais Receitas Correntes		4.535	4.535	837	(3.698)
RECEITAS DE CAPITAL		4.051.734	4.051.734	0	(4.051.734)
Operações de Crédito		4.051.734	4.051.734	0	(4.051.734)
Operações de Crédito – Mercado Interno		4.051.734	4.051.734	0	(4.051.734)
SUBTOTAL DE RECEITAS		8.364.629	8.364.629	1.256.702	(7.107.927)
DEFICIT	11			5.290.545	5.290.545
TOTAL		8.364.629	8.364.629	6.547.247	(1.817.382)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		14.977.623	14.977.623	6.534.678	3.061.848	2.387.031	8.442.945
Pessoal e Enc. Sociais	12	11.215.914	11.215.914	5.654.336	2.704.594	2.115.587	5.561.579
Outras Desp. Correntes		3.761.708	3.761.708	880.342	357.254	271.444	2.881.366
DESPESAS DE CAPITAL		1.864.052	1.864.052	12.569	520	459	1.851.482
Investimentos		1.855.971	1.855.971	12.569	520	459	1.843.402
Inversões Financeiras		8.080	8.080	-	-	-	8.080
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.119.304	1.119.304	-	-	-	1.119.304
TOTAL		17.960.978	17.960.978	6.547.247	3.062.369	2.387.490	11.413.731

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		159.026	673.412	207.081	199.402	30.037	602.999
Pessoal e Encargos Sociais		15.089	43.805	3.048	1.444	156	57.295
Outras Despesas Correntes		143.937	629.607	204.033	197.958	29.881	545.704
DESPESAS DE CAPITAL		637.495	1.864.580	221.079	201.944	20.109	2.280.021
Investimentos		635.765	1.864.580	221.079	201.944	20.109	2.278.291
Inversões Financeiras		1.730	0	0	0	0	1.730
TOTAL		796.521	2.537.992	428.160	401.346	50.147	2.883.020

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		22.065	807.216	793.714	51	35.516
Pessoal e Encargos Sociais		16.761	742.787	732.504	0	27.044
Outras Despesas Correntes		5.304	64.429	61.210	51	8.472
DESPESAS DE CAPITAL		64.384	156.572	7.152	149.148	64.656
Investimentos		64.384	156.572	7.152	149.148	64.656
TOTAL		86.448	963.787	800.865	149.199	100.171

Balço Financeiro - Ingressos

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	31/03/2020	31/03/2019
Receitas Orçamentárias		1.256.702	651.365
Vinculadas		1.348.343	699.551
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.938	3.101
Alienação de Bens e Direitos		689	2.651
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.345.716	693.799
Recursos a Classificar		1	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(91.641)	(48.186)
Transferências Financeiras Recebidas		10.250.146	7.193.252
Resultantes da Execução Orçamentária		9.223.871	6.403.097
Cota Recebida		3.169.443	2.335.919
Repasso Recebido		2.994.095	1.964.131
Sub-repasso Recebido		3.050.241	2.031.118
Repasso Devolvido		2.936	28.951
Sub-repasso Devolvido		7.156	42.978
Independentes da Execução Orçamentária		1.026.275	790.155
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		886.064	699.664
Demais Transferências Recebidas		4.458	5.031
Movimentação de Saldos Patrimoniais		135.753	85.459
Recebimentos Extraorçamentários		4.180.704	6.268.444
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		674.879	635.880
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.484.878	4.578.716
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		18.116	49.407
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.831	1.004.441
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.774	2.478
Restituições a Pagar		55	329
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	19
Arrecadação de Outra Unidade		-	122.963
Demais Recebimentos		-	878.652
Saldo do Exercício Anterior		2.354.988	2.384.084
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.354.988	2.384.084
TOTAL		18.042.540	16.497.145

Balço Financeiro – Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	31/03/2020	31/03/2019
Despesas Orçamentárias		6.547.247	7.518.210
Ordinárias		3.491.028	4.712.224
Vinculadas		3.056.219	2.805.986
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.391.866	1.409.104
Previdência Social (RPPS)		1.199.778	1.014.160
Dívida Pública		142	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		464.432	382.722
Transferências Financeiras Concedidas		7.479.535	5.354.072
Resultantes da Execução Orçamentária		6.059.577	4.022.382
Repasso Concedido		2.995.296	1.860.454
Cota Devolvida		3.948	58.080
Repasso Devolvido		2.936	29.751
Sub-repasso Devolvido		7.156	42.978
Independentes da Execução Orçamentária		1.419.958	1.331.690
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		614.952	543.926
Demais Transferências Concedidas		3.007	2.570
Movimento de Saldos Patrimoniais		801.998	785.194
Pagamentos Extraorçamentários		1.742.880	1.087.515
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		800.865	734.366
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		401.346	319.697
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.856	33.427
Outros Pagamentos Extraorçamentários		524.813	26
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		524.531	-
Valores Compensados		3	26
Demais Pagamentos		278	-
Saldo para o Exercício Seguinte		2.272.879	2.537.347
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.272.879	2.537.347
TOTAL		18.042.540	16.497.145

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – OFSS	NE	31/03/2020	31/03/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		37.086	281.013
INGRESSOS		11.525.021	8.894.662
Receitas Derivadas e Originárias		1.256.704	650.040
Receita Tributária		140.228	191.778
Receita de Contribuições		410.653	127
Receita Patrimonial		225.377	59
Receita de Serviços		11.916	20.778
Remuneração das Disponibilidades		20.025	21.658
Outras Receitas Derivadas e Originárias		448.504	415.640
Transferências Correntes Recebidas		(1)	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		(1)	-
Outros Ingressos Operacionais		10.268.318	8.244.622
Ingressos Extraorçamentários		18.116	49.407
Restituições a Pagar		55	329
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	19
Transferências Financeiras Recebidas		10.250.146	7.193.252
Arrecadação de Outra Unidade		-	122.963
Demais Recebimentos		-	878.652
DESEMBOLSOS		(11.487.935)	(8.613.649)
Pessoal e Demais Despesas		(3.082.056)	(2.952.720)
Judiciário		-	(33)
Essencial à Justiça		-	(55)
Administração		(46.670)	(38.273)
Segurança Pública	13	(1.865.603)	(1.797.352)
Previdência Social		(1.033.691)	(993.380)
Educação		(9)	(17)
Cultura		(71)	(73)
Direitos da Cidadania		(100.667)	(111.143)
Agricultura		-	(24)
Encargos Especiais		(38.120)	(14.846)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.774	2.478
Transferências Concedidas		(385.676)	(273.404)
Intergovernamentais		(102.465)	(11.556)
A Estados e/ou Distrito Federal		(99.958)	(11.306)
A Municípios		(2.507)	(250)
Intragovernamentais		(281.007)	(260.389)
Outras Transferências Concedidas		(2.203)	(1.459)
Outros Desembolsos Operacionais		(8.020.203)	(5.387.525)
Dispêndios Extraorçamentários		(15.856)	(33.427)
Transferências Financeiras Concedidas		(7.479.535)	(5.354.072)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(524.531)	-
Valores Compensados		(3)	(26)
Demais Pagamentos		(278)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(119.196)	(127.750)
INGRESSOS		-	1.325
Alienação de Bens		-	1.325
DESEMBOLSOS		(119.196)	(129.075)
Aquisição de Ativo Não Circulante	14	(102.621)	(75.404)
Outros Desembolsos de Investimentos		(16.575)	(53.671)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(82.110)	153.263
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.354.988	2.384.084
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.272.879	2.537.347

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	110.406.576	-	-	110.409.077
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(12.138)	-	-	(12.138)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	(3.642)	-	-	(3.642)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	4.608.689	-	-	4.608.689
Saldo Final do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	157.868	-	-	157.868
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	4.988	-	-	4.988
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(681.299)	-	-	(681.299)
Saldo Final do Exercício 2020	15	-	-	-	-	2.501	114.481.043	-	-	114.483.544

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

O Fundo Penitenciário Nacional, no 1º trimestre de 2020, representou 48,05% (R\$ 1.092.185 mil), ou seja, a maior parte dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes", seguido da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, os quais contemplaram, respectivamente, 17,56% (R\$ 399.211 mil) e 14,58% (R\$ 331.471 mil) do total dos recursos disponíveis na referida rubrica contábil. Os demais órgãos subordinados que apresentaram movimentação, englobaram 19,80% (R\$ 450.010 mil) desse total, conforme apresentado na "Tabela 1".

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	31/03/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Funpen	1.092.185	998.495	48,05	9,38
PF	399.211	485.480	17,56	(17,77)
PRF	331.471	391.954	14,58	(15,43)
Cade	121.883	117.590	5,36	3,65
Funad	120.452	112.685	5,30	6,89
MJSP	104.248	124.477	4,59	(16,25)
FDDD	55.748	52.685	2,45	5,82
Funai	29.042	33.841	1,28	(14,18)
FNSP	18.637	37.781	0,82	(50,67)
Total	2.272.879	2.354.988	100,00	(3,49)

Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

No 1º trimestre de 2020, 80,59% (R\$ 1.831.680 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes: 22,62% (R\$ 514.179 mil) em Receitas de Concursos de Prognósticos; 20,50% (R\$ 465.950 mil) em Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação; 19,32% (R\$ 439.153 mil) em Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados; e 18,14% (R\$ 412.398 mil) em Recursos Ordinários. As demais fontes de recursos apresentaram-se distribuídas entre 18 tipos distintos e representaram 19,41% (R\$ 441.198 mil) do montante, conforme apresentado na "Figura 1".

Figura 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

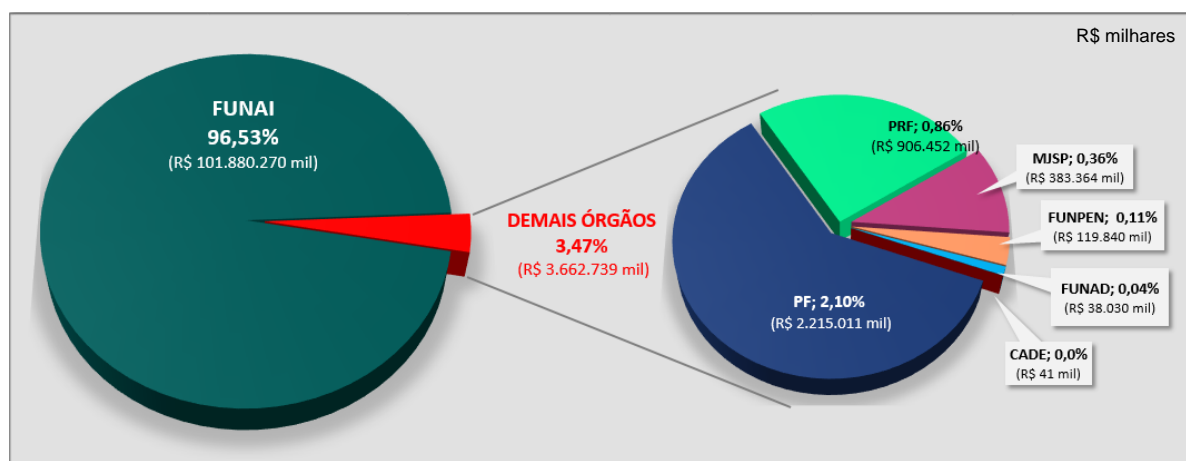


Nota 02 – Bens Imóveis – BP

Em 31/03/2020, os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 105,54 bilhões. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,04%, foi de R\$ 105,50 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 101,88 bilhões (96,53%), conforme "Figura 2".

Figura 2 – Bens Imóveis – por órgão



De acordo com a "Tabela 2", os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,52% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$105,04 bilhões em 31/03/2020.

Tabela 2 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	31/03/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	105.036.699	105.685.924	99,52	(0,61)
Bens Imóveis em Andamento	441.927	421.864	0,42	4,76
Instalações	28.389	27.947	0,03	1,58
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	27.402	27.402	0,03	0,00
Bens Dominicais	8.024	6.931	0,01	15,77
Demais Bens Imóveis	568	568	0,001	0,00
Subtotal	105.543.009	106.170.637	100,00	(0,59)
Depreciação / Amortização Acumulada	(38.861)	(38.532)		0,85
Total líquido	105.504.148	106.132.105		(0,59)

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na "Tabela 3", a conta Fazendas, Parques e Reservas da Funai, representando 94,91% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 3 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

Descrição	31/03/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	100.196.515	100.940.487	94,93	(0,74)
- Fundação Nacional do Índio FUNAI	100.173.989	-	99,98	-
- Fundação Nacional Antidrogas FUNAD	22.526	-	0,02	-
Edifícios	2.912.590	2.893.304	2,76	0,67
Terrenos / Glebas	842.011	845.357	0,80	(0,40)
Obras em Andamento	436.894	417.200	0,41	4,72
Presídios / Delegacias	305.761	287.714	0,29	6,27
Postos de Fiscalização	257.792	213.236	0,24	20,90
Complexos / Fábricas / Usinas	131.053	124.935	0,12	4,90
Demais Bens Imóveis de Uso Especial	460.394	448.403	0,44	2,67
Total dos bens de uso especial	105.543.009	106.170.637	100,00	(0,59)

Fonte: Siafi.

Nota 03 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

No primeiro trimestre de 2020, restaram contabilizados R\$ 657.574 mil para despesas com pessoal, que representaram 61,12% do total do Passivo Exigível. Desse montante, 88,27% (R\$ 580.412 mil) foram referentes

a salários, remunerações, benefícios, 13º salário e férias da PF e PRF; correspondendo, respectivamente, a 54,03% (R\$ 355.300 mil) e 34,23% (R\$ 225.112 mil); sendo, portanto, os órgãos mais representativos com relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do MJSP, conforme demonstrado na “Figura 3” e “Tabela 4” abaixo.

Figura 3 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

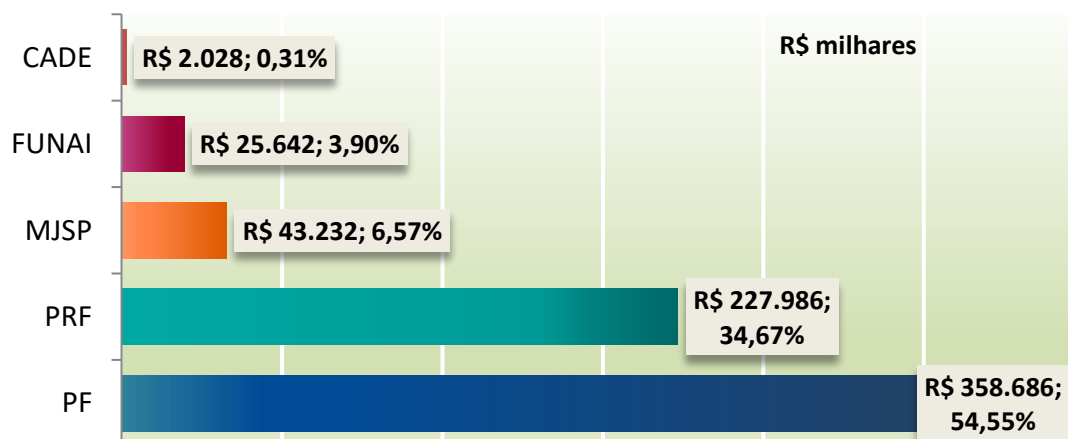


Tabela 4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

Descrição	31/03/2020	31/12/2019	R\$ milhares	
			AV%	AH%
PF	358.686	487.201	54,55	(26,38)
PRF	227.986	249.962	34,67	(8,79)
MJSP	43.232	42.953	6,57	0,65
FUNAI	25.642	59.493	3,90	(56,90)
CADE	2.028	1.984	0,31	2,24
Total	657.574	841.593	100,00	(21,87)

Fonte: Siafi.

Tabela 5 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo R\$ milhares

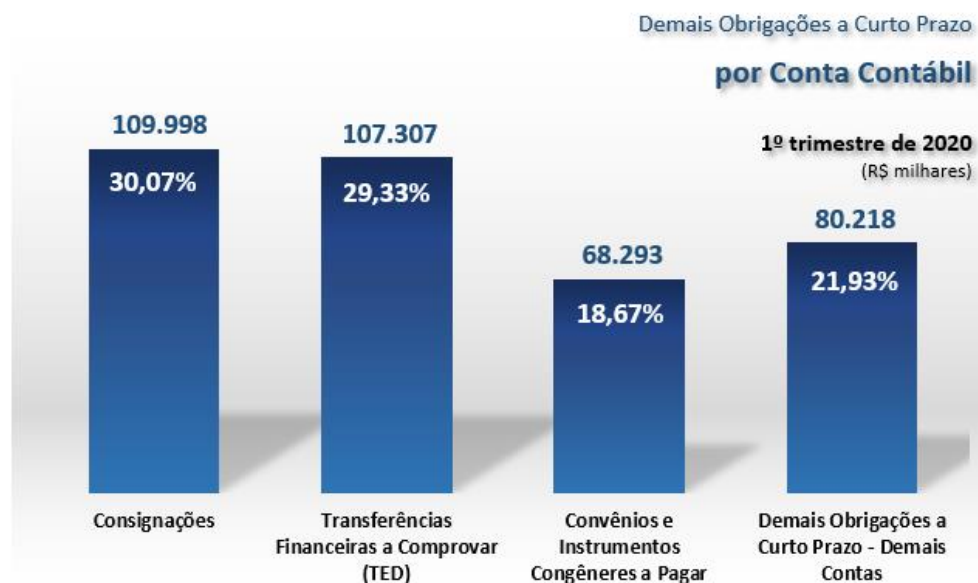
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	31/03/2020	31/12/2019	AV%	AH%
Pessoal a Pagar	647.550	820.427	98,48	(21,07)
Benefícios Previdenciários	5.342	94	0,81	5.582,43
Precatórios de Pessoal	3.524	19.811	0,54	(82,21)
Entidades de Previd. Privada e Complementar	1.151	1.255	0,18	(8,28)
INSS a Pagar – Intra OFSS	5	-	0,00	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	1	5	0,00	(78,65)
FGTS	-	1	0,00	(100,00)
Total Geral	657.574	841.593	100,00	(21,87)

Fonte: Siafi.

Nota 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo" registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 1º trimestre de 2020, 33,45% (R\$ 365.816 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, os convênios e instrumentos congêneres, consignações, transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada - TED, obrigações com entidades federais, depósitos não judiciais, precatórios de terceiros, dentre outros.

Figura 4 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



A conta contábil Consignações representou o maior impacto na rubrica, 30,07% (R\$ 109.998 mil), conforme “Figura 4”. Sendo que, 54,92% (R\$ 60.407 mil) desse valor é representado por retenções de empréstimos e financiamentos e pensão alimentícia, respectivamente, 39,59% (R\$ 43.543 mil) e 15,33% (R\$ 16.863 mil).

Tabela 6 – Demais Obrigações a Curto Prazo

R\$ milhares

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/03/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
CONSIGNAÇÕES	109.998	113.615	30,07	(3,18)
Polícia Federal	49.786	52.454	13,61	(5,09)
Polícia Rodoviária Federal	45.198	45.530	12,36	(0,73)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	9.230	9.434	2,52	(2,16)
Fundação Nacional do Índio	5.710	6.126	1,56	(6,79)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	66	68	0,02	(3,05)
Fundo Penitenciário Nacional	8	4	0,00	115,04
Fundo Nacional de Segurança Pública	0	-	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR-TED	107.307	105.854	29,33	1,37
Fundo Nacional de Segurança Pública	53.461	53.461	14,61	0,00
Polícia Rodoviária Federal	27.869	28.009	7,62	(0,50)
Fundação Nacional do Índio	16.735	16.747	4,57	(0,07)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.101	3.229	1,39	58,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.129	3.708	1,13	11,33
Polícia Federal	12	700	0,00	(98,26)
CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES A PAGAR	68.293	211.117	18,67	(67,65)
Fundo Penitenciário Nacional	48.056	197.204	13,14	(75,63)
Fundo Nacional de Segurança Pública	19.738	13.317	5,40	48,21
Ministério da Justiça e Segurança Pública	500	596	0,14	(16,17)
OBRIGAÇÕES COM ENTIDADES FEDERAIS – CONSOLID	30.949	30.623	8,46	1,06
Polícia Federal	30.689	30.623	8,39	0,22
Ministério da Justiça e Segurança Pública	260	-	0,07	-
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	27.339	26.925	7,47	1,54
Polícia Rodoviária Federal	26.920	26.835	7,36	0,32
Polícia Federal	392	87	0,11	352,28
Ministério da Justiça e Segurança Pública	27	3	0,01	931,91
Fundo Penitenciário Nacional	0	0	0,00	0,00
Fundação Nacional do Índio	0	0	0,00	0,00

PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	12.266	26.701	3,35	(54,06)
Fundação Nacional do Índio	12.088	26.523	3,30	(54,43)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	178	178	0,05	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - demais contas	9.664	2.677	2,64	260,96
Polícia Federal	3.832	369	1,05	938,91
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.725	3	0,47	64.601,24
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.669	1.331	0,46	25,38
Polícia Rodoviária Federal	1.282	121	0,35	963,08
Fundo Penitenciário Nacional	878	643	0,24	36,43
Fundação Nacional do Índio	204	174	0,06	17,39
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	64	43	0,02	49,03
Fundo Nacional Antidrogas	10	-	0,00	-
Total	365.816	517.519	100,00	(29,31)

Nota 05 - Resultados de Exercícios Anteriores - BP

No primeiro trimestre de 2020, o "Resultado de Exercícios Anteriores" representou R\$ 114.999.485 mil no total do patrimônio líquido; refletindo um aumento na análise horizontal de 4,16% em relação a dezembro de 2019. Desconsiderando os "Ajustes de Exercícios Anteriores", observa-se que houve aumento em quase todos os órgãos vinculados do MJSP. Sendo, somente o CADE que apresentou redução em relação ao final do ano de 2019. Nesse sentido, houve superávit de R\$ 114.999.485 mil.

Tabela 07 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares				
<i>Resultado de Exercícios Anteriores</i>	31/03/2020	31/12/2019	AV %	AH%
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	102.654.190	98.789.098	89,26	3,91
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.184.686	4.212.849	3,64	(0,67)
Polícia Federal	3.402.820	3.279.609	2,96	3,76
Polícia Rodoviária Federal	1.886.852	1.568.275	1,64	20,31
Fundo Penitenciário Nacional	1.256.990	1.150.180	1,09	9,29
Ministério da Justiça e Segurança Pública	970.594	901.223	0,84	7,70
Fundo Nacional de Segurança Pública	244.863	224.271	0,21	9,18
Fundo Nacional Antidrogas	240.829	144.097	0,21	67,13
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	70.786	50.093	0,06	41,31
Subtotal (A)	114.912.610	110.319.695	99,92	4,16
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Fundo Penitenciário Nacional	150.552	(45)	0,13	(334.660,00)
Fundação Nacional do Índio	12.015	(87)	0,01	(13.910,34)
Polícia Rodoviária Federal	1.716	(2.062)	0,00	(183,22)
Polícia Federal	507	(10.840)	0,00	(104,68)
Fundo Nacional de Segurança Pública	454	(111)	0,00	(509,01)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	(2.362)	(2.308)	(0,00)	2,34
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	-	(484)	-	-
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	-	(37)	-	-
Fundo Nacional Antidrogas	-	200	-	-
	162.882	(15.775)	0,14	(1.132,53)
Ajustes de Exercícios Anteriores – Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25,21)	-	(0,00)	-
	(25,21)	-	(0,00)	-
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,08	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,08	0,00
Total (A+B)	114.999.485	110.406.571	100,00	4,16

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar - BP

Em 31/03/2020, o MJSP apresentou no quadro de compensações do balanço patrimonial o saldo de R\$ 204.039 mil relacionado às garantias e contragarantias recebidas a executar, que compreende as contas relacionadas ao registro da execução de avais, fianças e hipotecas recebidos no país e no exterior, bem como emolumentos consulares e outras garantias e contragarantias. Maior destaque para a conta Seguros-Garantia, com 80,55% (R\$ 164.344 mil) do total da rubrica que tem por objetivo assegurar que a empresa contratada cumpra sua obrigação com a unidade contratante, como evidenciado na “Tabela 8”.

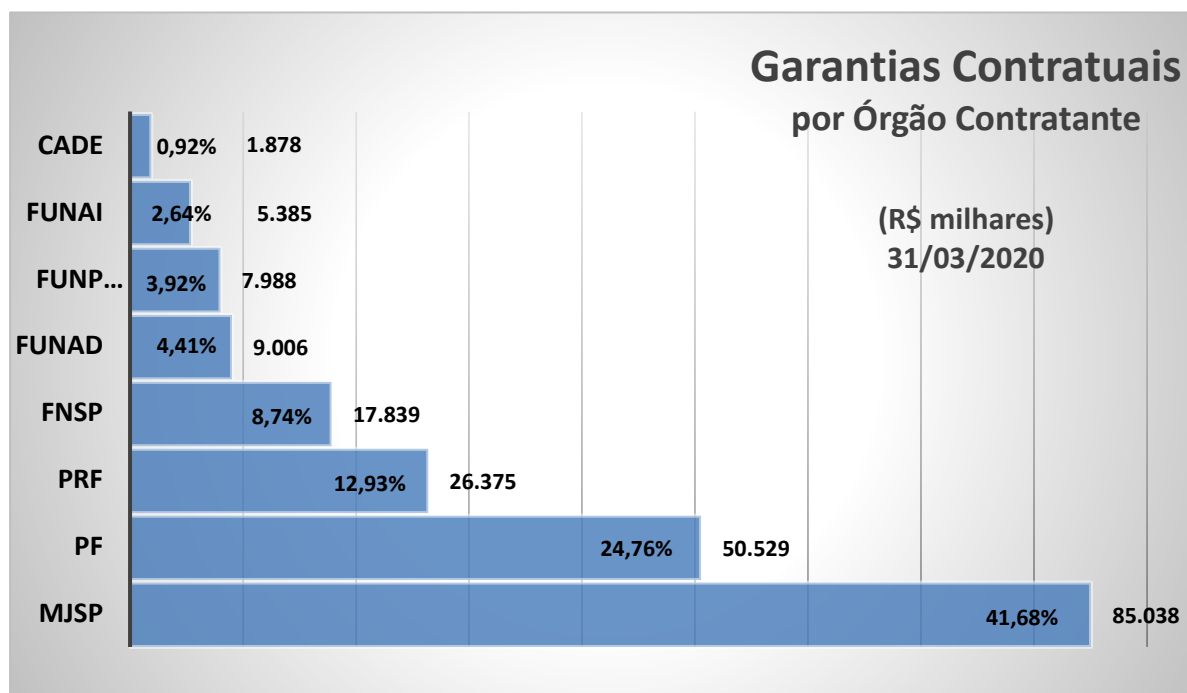
Tabela 8 - Garantias Contratuais - por natureza

R\$ milhares

Descrição	31/03/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Seguros-Garantia	164.344	156.724	80,55	4,86
Fianças	22.979	22.769	11,26	0,92
Cauções	14.054	14.559	6,89	(3,47)
Apólices de Seguros	2.243	2.243	1,10	0,00
Avais	375	380	0,18	(1,26)
Garantias da Dívida Pública	44	44	0,02	0,00
Total Geral	204.039	196.718	100,00	3,72

Fonte: Siafi.

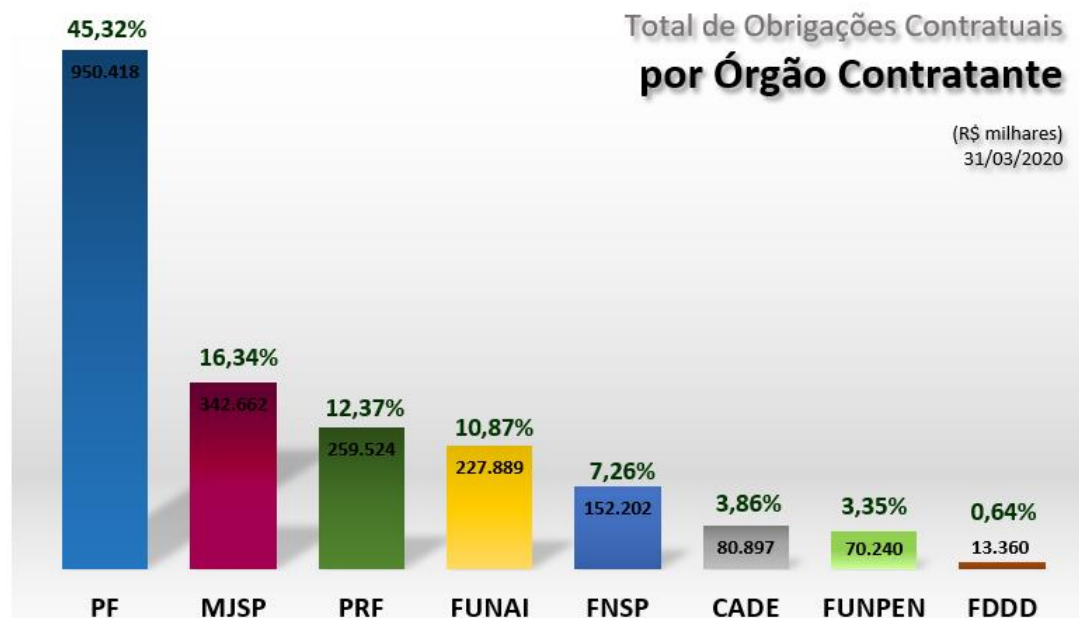
Na “Figura 5”, o MJSP e a Polícia Federal apresentaram, respectivamente, 41,68% (R\$ 85.038 mil) e 24,76% (R\$ 50.529 mil). Totalizando 66,44% (R\$ 135.567 mil) das garantias contratuais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Figura 5 - Garantias Contratuais - por órgão contratante

Nota 07 – Obrigações Contratuais a Executar - BP

A “Figura 6”, apresenta o volume financeiro de obrigações contratuais distribuídas por órgão do MJSP. A PF totalizou 45,32% (R\$ 950.418 mil), no 1º trimestre de 2020, sendo que, desse montante, 73,16% (R\$ 695.320 mil) são referentes a contratos de serviços.

Figura 6 - Obrigações Contratuais - por órgão contratante



Na “Tabela 9”, a seguir, evidencia-se as dez maiores empresas contratadas em razão do volume financeiro, no 1º trimestre de 2020. Essas empresas representaram o montante de 32,31% (R\$ 677.663 mil) em relação ao universo de contratadas, R\$ 2.097.191 mil.

O Serpro - Sede - Brasília teve maior representação, com 9,47% (R\$ 198.579 mil), seguido da Casa da Moeda do Brasil, com 8,01% (R\$ 167.921 mil) do total das obrigações contratuais do MJSP.

Tabela 9 – 10 Maiores Contratados – por órgão

Contratado	R\$ milhares	
	31/03/2020	AV%
Serpro - Sede - Brasília	198.579	9,47
Ministério da Justiça e Segurança Pública	159.628	7,61
Polícia Federal	23.981	1,14
Polícia Rodoviária Federal	14.481	0,69
Fundação Nacional do Índio	275	0,01
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	214	0,01
Fundo Nacional de Segurança Pública	0	0,00
Casa da Moeda do Brasil	167.921	8,01
Polícia Federal	147.701	7,04
Ministério da Justiça e Segurança Pública	20.220	0,96
Caixa Econômica Federal	61.387	2,93
Ministério da Justiça e Segurança Pública	43.785	2,09
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	13.360	0,64
Fundo Penitenciário Nacional	4.243	0,20
HPE Automotores do Brasil Ltda	53.306	2,54
Polícia Federal	43.895	2,09
Polícia Rodoviária Federal	9.411	0,45
Ford Motor Company Brasil Ltda	36.624	1,75
Fundo Nacional de Segurança Pública	36.624	1,75

Indústria de Material Bélico do Brasil/Fl	34.421	1,64
Fundo Nacional de Segurança Pública	34.421	1,64
Peugeot-Citroen do Brasil Automóveis Ltda	33.861	1,61
Polícia Federal	30.597	1,46
Fundo Nacional de Segurança Pública	3.265	0,16
Claro S.A.	30.843	1,47
Polícia Federal	22.432	1,07
Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.435	0,21
Polícia Rodoviária Federal	2.974	0,14
Fundação Nacional do Índio	765	0,04
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	166	0,01
Fundo Penitenciário Nacional	70	0,00
Fundo Nacional de Segurança Pública	2	0,00
Estrutural Empreendimentos Ltda	30.452	1,45
Fundação Nacional do Índio	30.452	1,45
Ticket Soluções HDFGT S/A	30.269	1,44
Polícia Federal	17.006	0,81
Polícia Rodoviária Federal	6.857	0,33
Fundação Nacional do Índio	6.138	0,29
Fundo Nacional de Segurança Pública	264	0,01
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3	0,00
Total - 10 maiores	677.663	32,31
Total Contratados	2.097.191	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 08 – Pessoal e Encargos - DVP

No 1º trimestre de 2020, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 14,69% (R\$ 1.819.936 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelas polícias Federal e Rodoviária Federal, que somaram 89,49% (R\$ 1.628.639 mil), conforme "Tabela 10". Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 70,79% (R\$ 1.288.335 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos.

Tabela 10 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	31/03/2020	31/03/2019	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	979.432	984.151	53,82	(0,48)
Remuneração a Pessoal	782.324	794.718	42,99	(1,56)
Encargos Patronais	162.734	147.557	8,94	10,29
Benefícios a Pessoal	32.274	41.583	1,77	(22,39)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	2.101	293	0,12	617,14
Polícia Rodoviária Federal	649.207	587.635	35,67	10,48
Remuneração a Pessoal	506.010	449.747	27,80	12,51
Encargos Patronais	100.668	91.815	5,53	9,64
Benefícios a Pessoal	42.505	45.989	2,34	(7,57)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	23	85	0,00	(72,74)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	102.178	99.081	5,61	3,12
Remuneração a Pessoal	81.058	78.756	4,45	2,92
Encargos Patronais	11.901	11.460	0,65	3,85
Benefícios a Pessoal	7.455	8.423	0,41	(11,49)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.764	442	0,10	298,96
Fundação Nacional do Índio	85.805	87.966	4,71	(2,46)
Remuneração a Pessoal	74.505	74.502	4,09	0,00
Encargos Patronais	8.115	9.039	0,45	(10,23)
Benefícios a Pessoal	3.024	4.360	0,17	(30,64)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	162	65	0,01	147,83

Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.314	3.028	0,18	9,48
Remuneração a Pessoal	2.674	2.508	0,15	6,63
Encargos Patronais	297	273	0,02	8,86
Benefícios a Pessoal	200	175	0,01	14,28
Outras VPD - Pessoal e Encargos	143	72	0,01	99,58
Total Geral	1.819.936	1.761.862	100,00	3,30

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Demais Receitas Patrimoniais - BO

No 1º trimestre de 2020, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais apresentou o saldo de 17,93% (R\$ 225.316 mil) em relação ao total das receitas correntes. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no artigo 16 da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018.

Em destaque na "Tabela 11" verifica-se que 97,06% (R\$ 218.683 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,13% (R\$ 203.074 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,87% (R\$ 22.242 mil).

Tabela 11 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	31/03/2020	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	203.074	90,13
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	197.369	87,60
Participação da União em Receita de Loteria Federal	3.649	1,62
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.398	0,62
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	658	0,29
Participação da União em Receita de Loteria Instantânea	0	(0,00)
Fundo Penitenciário Nacional	22.242	9,87
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	21.314	9,46
Participação da União em Receita de Loteria Federal	591	0,26
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	280	0,12
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	57	0,03
Total	225.316	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 1º trimestre de 2020, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 34,00% (R\$ 427.237 mil) em relação ao total das receitas correntes.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 58,26% (R\$ 248.915 mil) do total da referida arrecadação, como evidenciado na "Tabela 12".

A receita líquida orçamentária relativa às multas arrecadadas pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDDD, as quais têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, representaram 38,86% (R\$ 166.011 mil) do total da receita orçamentária com "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais". Ambas somaram 97,12% (R\$ 414.926 mil).

Tabela 12 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

		R\$ milhares	
Receita Orçamentária Líquida	31/03/2020	AV (%)	
Multas Previstas em Legislação Específica	257.086	60,17	
Polícia Rodoviária Federal	248.915	58,26	
Polícia Federal	7.356	1,72	
Fundo Penitenciário Nacional	634	0,15	
Fundo Nacional Antidrogas	169	0,04	
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	13	0,00	
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	166.011	38,86	
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	166.011	38,86	
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	4.135	0,97	
Fundo Penitenciário Nacional	4.107	0,96	
Polícia Federal	28	0,01	
Multas e Juros Previstos em Contratos	5	0,00	
Polícia Rodoviária Federal	5	0,00	
Fundação Nacional do Índio	0	0,00	
Total	427.237	100,00	

Nota 11 – Resultado Orçamentário – Déficit – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. No 1º trimestre de 2020, o resultado orçamentário apresentado pela PRF e pela PF impactaram, respectivamente, 52,76% (R\$ 2.791.477 mil) e 41,00% (R\$ 2.169.161 mil), no déficit de R\$ 5.290.545 mil do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 13" abaixo. Ambos os órgãos somaram 93,76% (R\$ 4.960.638 mil) do resultado total apresentado em março de 2020.

Tabela 13 – Resultado Orçamentário – Déficit

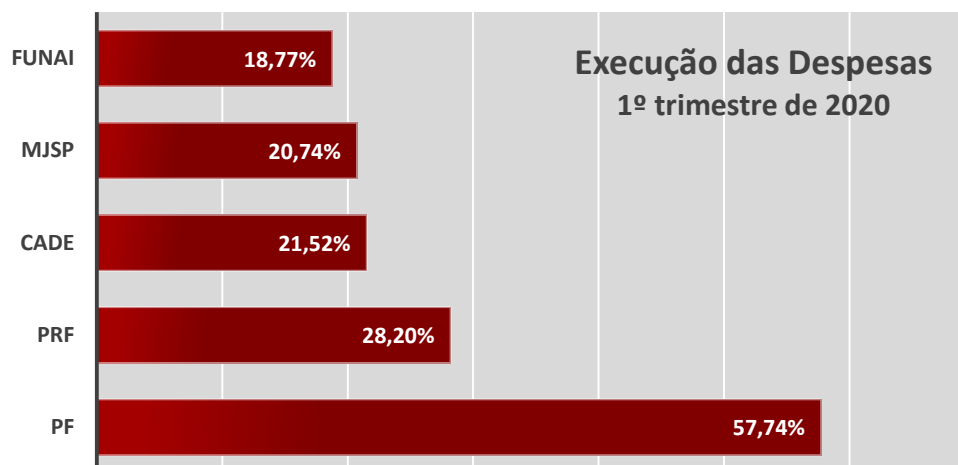
					R\$ milhares
Órgão UGE	Receita Orçamentária Líquida	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV (%)	
PRF	250.878	3.042.355	(2.791.477)	52,76	
PF	145.474	2.314.635	(2.169.161)	41,00	
MJSP	864	551.985	(551.121)	10,42	
FUNAI	1	411.574	(411.573)	7,78	
CADE	9.951	22.596	(12.646)	0,24	
FUNAD	13.778	184	13.594	(0,26)	
FUNPEN	95.561	72.942	22.619	(0,43)	
FDDD	167.048	0	167.048	(3,16)	
FNSP	573.148	130.976	442.171	(8,36)	
Total	1.256.702	6.547.247	(5.290.545)	100,00	

Fonte: Siafi.

Nota 12 - Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 37,42% (R\$ 2.115.587 mil) foram efetivamente pagas até o 1º trimestre de 2020, sendo a PF o órgão que obteve a maior execução, ou seja, 57,74%. Em relação às despesas empenhadas, a PRF é responsável pelo maior volume, 49,38% (R\$ 2.791.913 mil), seguido da PF, responsável por 35,46% (R\$ 2.005.062 mil) do total. Ambos os órgãos somaram 84,84% (R\$ 4.796.974 mil). A seguir, a "Figura 7" e a "Tabela 14" evidenciam o percentual das despesas com pessoal e encargos pagos em relação ao empenhado, de cada órgão.

Figura 7 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 14 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

Descrição	Despesa Empenhada	AV (%)	Despesa a Liquidar	Despesa Liquidada a Pagar	Despesa Paga	R\$ milhares	
						AV (%)	Execução (%)
PF	2.005.062	35,46	536.115	311.220	1.157.727	54,72	57,74
Aposentadorias e Pensões	800.000	14,15	255.285	138.134	406.581	19,22	50,82
Obrigações Patronais	300.245	5,31	139.904	-	160.341	7,58	53,40
Outras Despesas	54.817	0,97	51.813	1.049	1.954	0,09	3,56
Vencimentos e Vantagens Fixas	850.000	15,03	89.113	172.037	588.851	27,83	69,28
PRF	2.791.913	49,38	1.781.554	223.029	787.330	37,22	28,20
Aposentadorias e Pensões	1.476.724	26,12	1.071.458	105.310	299.956	14,18	20,31
Obrigações Patronais	391.898	6,93	292.353	-	99.545	4,71	25,40
Outras Despesas	4.578	0,08	2.702	586	1.290	0,06	28,17
Vencimentos e Vantagens Fixas	918.713	16,25	415.040	117.134	386.539	18,27	42,07
CADE	11.563	0,20	8.337	738	2.488	0,12	21,52
Aposentadorias e Pensões	553	0,01	379	58	115	0,01	20,88
Obrigações Patronais	1.092	0,02	832	-	260	0,01	23,80
Outras Despesas	919	0,02	591	77	251	0,01	27,27
Vencimentos e Vantagens Fixas	8.999	0,16	6.534	603	1.862	0,09	20,70
MJSP	471.283	8,33	343.192	30.350	97.741	4,62	20,74
Aposentadorias e Pensões	110.759	1,96	77.801	10.763	22.195	1,05	20,04
Obrigações Patronais	51.772	0,92	39.966	5	11.801	0,56	22,79
Outras Despesas	16.195	0,29	11.320	649	4.226	0,20	26,10
Vencimentos e Vantagens Fixas	292.557	5,17	214.106	18.933	59.518	2,81	20,34
FUNAI	374.515	6,62	280.544	23.670	70.301	3,32	18,77
Aposentadorias e Pensões	151.288	2,68	109.448	9.095	32.745	1,55	21,64
Obrigações Patronais	37.140	0,66	29.069	-	8.071	0,38	21,73
Outras Despesas	4.108	0,07	3.506	219	383	0,02	9,33
Vencimentos e Vantagens Fixas	181.979	3,22	138.521	14.356	29.102	1,38	15,99
Total Geral	5.654.336	100,00	2.949.742	589.007	2.115.587	100,00	37,42

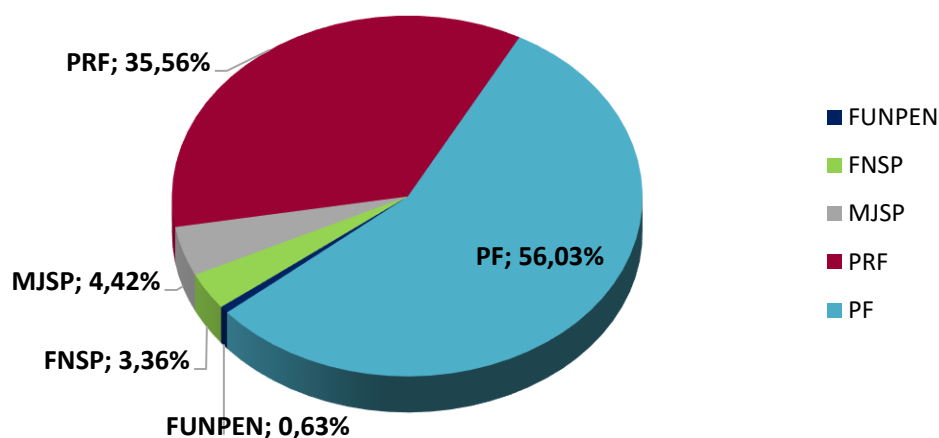
Fonte: Siafi.

Nota 13 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios relacionados à “Segurança Pública” representaram 16,27% (R\$ 1.865.603 mil), no 1º trimestre de 2020, do total apresentado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 56,03% (R\$ 1.045.324 mil) e 35,56% (R\$ 663.448 mil), somando 91,59% do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 8”.

Figura 8 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



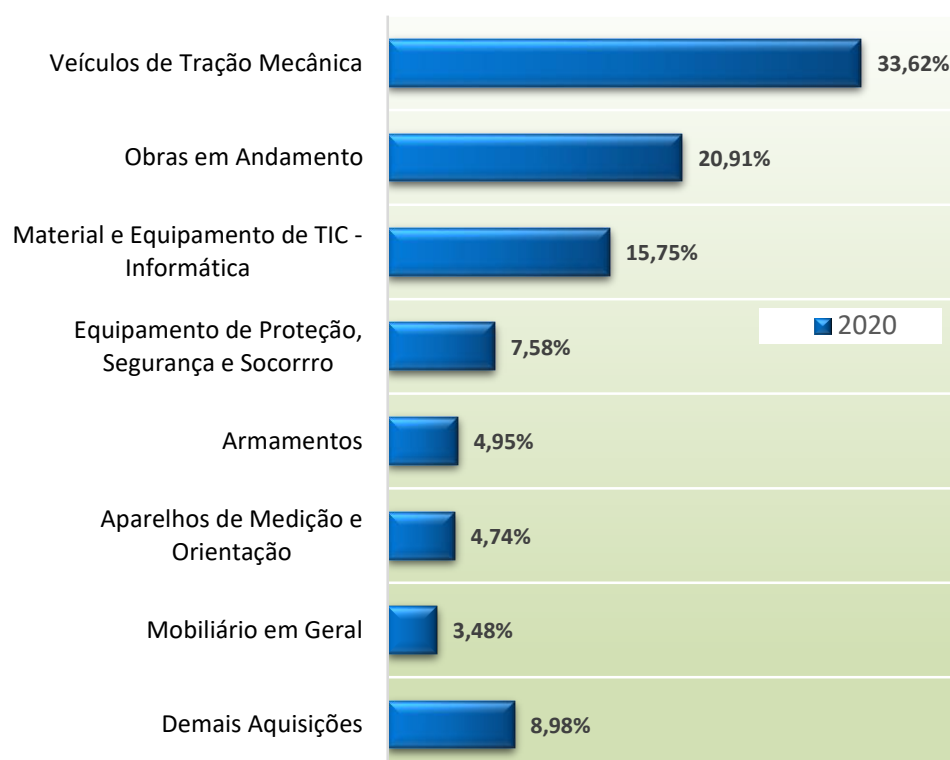
Fonte: Siafi.

Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

Aquisições de Ativo não Circulante integraram 86,09% (R\$ 102.621 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas na DFC, em março de 2020, sendo 70,27% (R\$ 72.110 mil) assim registrados:

- Veículos de Tração Mecânica, 33,62% (R\$ 34.496 mil);
- Obras em Andamento, 20,91% (R\$ 21.455 mil); e
- Material e Equipamentos de TIC (Informática), 15,75% (R\$ 16.159 mil).

Figura 09 –Aquisição de Ativo não Circulante – por item

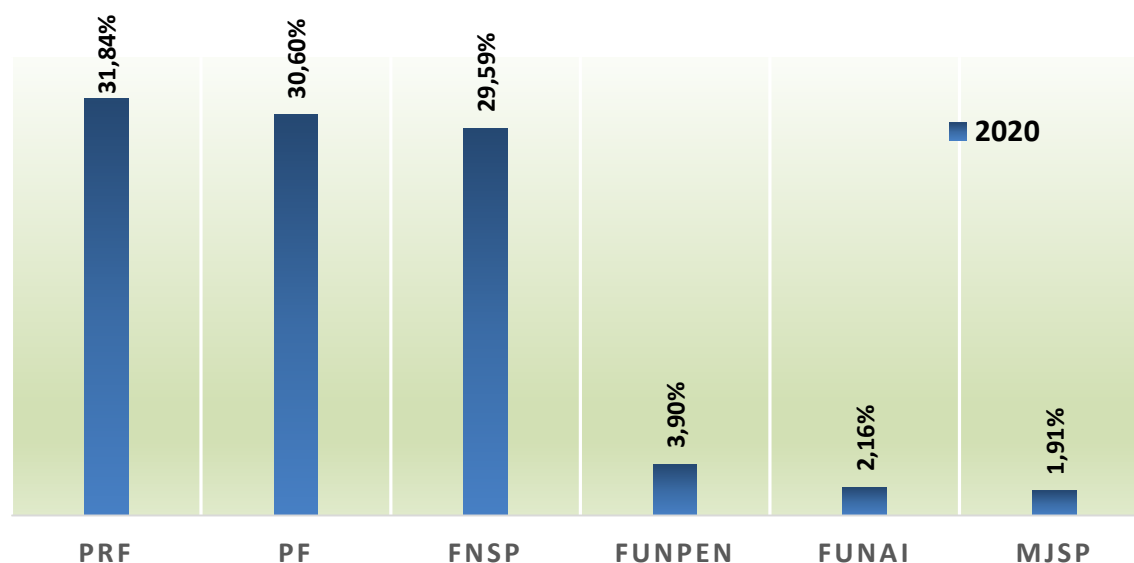


Fonte: Siafi.

A PRF apresentou o maior impacto nas aquisições, destacando-se 8,91% (R\$ 9.144 mil) relativo a veículos de tração mecânica; e 8,29% (R\$ 8.504 mil) relativo a obras em andamento, totalizando 17,20% (R\$ 17.649 mil) do total da conta Aquisição de Ativo Não Circulante. Nesse sentido, a PF representou o maior valor em relação as aquisições na área de obras em andamento, somando 12,62% (R\$ 12.951 mil) do total da conta Aquisição de Ativo Não Circulante.

Cabe ressaltar que as PRF e PF foram responsáveis por 62,44% (R\$ 64.076 mil) do total das Aquisições de Ativo Não Circulante, cujos valores corresponderam, respectivamente, a 31,84% (R\$ 32.677 mil) e 30,60% (R\$ 31.399 mil), como observado na "Figura 10".

Figura 10 – Aquisição de Ativo não Circulante – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Nota 15 – DMPL – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com relação aos ajustes de exercícios anteriores, os quais corresponderam a 0,14% (R\$ 157.868 mil) do saldo final da DMPL no 1º trimestre de 2020, 94,48% (R\$ 149.148 mil) foram registrados em convênios e instrumentos congêneres a pagar. Sendo o FUNPEN responsável por 94,40% do total de "Ajustes de Exercícios Anteriores".

No que se refere a reserva de reavaliação de ativos, correspondente a R\$ 4.988 mil do saldo final da DMPL em março de 2020, 62,76% (R\$ 3.131 mil) foram assim constituídas:

- a) Software no valor de R\$ 1.509 mil no FUNPEN; e
- b) Bens móveis a classificar no valor de R\$ 1.622 mil na PF.

O FUNPEN e a PF representaram, respectivamente, 30,25 (R\$ 1.509 mil) e 29,65% (R\$ 1.479 mil) do total de "Reserva de Reavaliação de Ativos".

No resultado do exercício foi apurado déficit de R\$ -681.299 mil, o qual representou 0,60% do saldo patrimonial líquido.